

## **ACTA N.º 6**

### **Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 22 de Junho de 2006.**

Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, com a presença dos seguintes membros: Vera Lúcia Santos Noronha, José Miguel Neves Teixeira de Carvalho, Pedro Miguel S. Brás Gaspar, Vitória Maria de Faria Brito, Paulo Francisco M. Espírito Santo, João Pedro Antunes Osório, João Manuel Jesus de Brito, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Anabela Feliciano Costa, Maria Leonor Covão T. Ribeiro, Manuel Isidoro Feliciano, Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Maria de Fátima Pedro Carvalho G. Rodrigues, Maria América Alcobio Cravo e Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira.

A Presidente da mesa deu início à sessão colocando à votação a Acta nº 4, da sessão extraordinária, de 24 de Abril de 2006, que foi aprovada por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções. Pedro Gaspar apresentou declaração de voto.

De seguida foi colocada à discussão e votação a acta nº 5, que foi aprovada por maioria com 14 votos a favor e 2 abstenções, depois de feitas as devidas correcções. Maria Regina Ferreira apresentou declaração de voto, explicando que se absteve pois não esteve presente nas sessões referentes às actas em discussão.

### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

A Presidente da Mesa explicou que o período antes da ordem do dia deve ser de uma hora e que não deverá ultrapassar em muito este tempo.

Intervenção da membro Vitória Brito, pela bancada da CDU, solicitando explicações sobre o comunicado lançado pela Planotejo, acerca da dívida que esta empresa considera que a Câmara tem para com a empresa.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, dando conhecimento que, esteve presente na primeira reunião da Comissão Concelhia de Saúde, e com a situação da possível saída de pessoal de saúde, nomeadamente médicos. Neste momento a situação está controlada, mas poderá vir a complicar-se no curto ou médio prazo.

Intervenção da membro Anabela Costa, apresentando uma moção relativa aos CIRVER (Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos).

Alertou para o facto da Estrada Municipal nº 371 estar cheia de areia e ervas e que pode por em risco quem por ali passe, sugeriu que se removesse a areia e limpasse as valetas, a membro fez também um reparo sobre os cães abandonados na zona do eucaliptal.

A membro Leonor Ribeiro interveio felicitando o executivo pela visita da Senhora Ministra da Cultura e, perguntou quais os benefícios para a Casa Museu que daí podem advir.

Interveio o membro João de Brito dizendo que em sua opinião houve aproveitamento político por parte do movimento “Alpiarça é a Razão”, ao distribuírem um boletim que fazia referência à realização da Assembleia Municipal do Futuro.

Intervenção da membro Regina Ferreira que apresentou uma Moção sobre o Poder Local.

O membro Celestino Brasileiro interveio referindo que na sessão da Assembleia Municipal, de Dezembro de 2005, a bancada da CDU apresentou um trabalho alusivo ao ambiente, no qual se levantou a questão do não funcionamento da ETAR do Casalinho. Na sessão seguinte, em Fevereiro de 2006, a bancada da CDU perguntou se o problema da ETAR estava resolvido, foi respondido que estava em fase de resolução. No entanto, nesta semana, verificou que a referida ETAR não se encontra em funcionamento.

O membro Celestino Brasileiro questionou ainda sobre a localização de uma grande superfície em Alpiarça e da possibilidade de se venderem os produtos da terra. Perguntou ainda se os empregos seriam preferencialmente para Alpiarcenses.

Intervenção do membro João Osório sobre a entrada de documentos da Ecoléziria, na Câmara Municipal de Alpiarça. Concluíram que os primeiros

documentos entraram na Câmara no dia 7 de Junho de 2005 e seguiram para o gabinete técnico. Em 27/09/2005 a ecodezéria voltou a enviar um fax a lembrar que o contrato de prestação de serviços de ajuste directo deveria ser aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. Em 27/01/2006 foi a reunião de Câmara, uma minuta do contrato e não o original, por proposta dos eleitos da CDU este assunto foi adiado para uma próxima reunião. No dia 31/01/2006 foi entregue por mão pela empresa ecodezéria um contrato de prestação de serviços por ajuste directo. Depois no dia 10 de Fevereiro de 2006 já com este documento em posse da Câmara, foi novamente a reunião de Câmara a minuta do referido contrato e nesse mesmo dia foi entregue aos eleitos da CDU uma fotocópia desse contrato original. Em 27 de Fevereiro de 2006 foi apresentado na Assembleia Municipal, a minuta do contrato de prestação de serviços, para ser aprovado. Assim pode-se constatar que a Câmara Municipal tem desde Junho de 2005, o original do referido contrato. A CDU pretende que esta situação seja esclarecida.

O membro João Osório informou ainda que os eleitos da CDU visitaram o Frade de Cima e verificaram que a rua de S.Martinho estava ao abandono, tem esgotos, mas não está asfaltada, não tem passeios nem tem contentor de lixo.

Em relação à rua General Norton de Matos, verificaram que a obra está parada e que na zona onde há um aglomerado populacional não há esgotos. Referiram ainda, que a rua que liga a Colectividade à rua Castelão de Almeida está aberta há sete anos, mas que não há qualquer perspectiva de projecto.

O membro João Osório questionou também sobre a situação do lote 10, no Loteamento dos Sobreiros, no Frade de Cima. Constataram que depois da deliberação de Câmara que regularizou a situação do lote nº 10 e do lote nº 17, continuamos tijolos e a obra como se nada tivesse acontecido, queriam saber o que é que a Câmara está a pensar fazer para resolver a situação do lote nº 10.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo que entregou ao Vereador Mário Peixinho, legislação sobre estacionamento para cidadãos de mobilidade reduzida.

O membro Pedro Gaspar interveio, dizendo que não compreende a indignação do membro João de Brito em relação ao boletim do movimento

“Alpiarça é a Razão”, pois qualquer movimento político tem direito à sua opinião, sejam socialistas, comunistas ou social-democratas .

O membro José Miguel Carvalho referiu-se à intervenção do membro Paulo Espírito Santo, como sendo em tom ameaçador, na sua opinião devemos estar à vontade para falar, errar e corrigir.

Paulo Espírito Santo usando o direito à resposta, disse que não é sua intenção intimidar ninguém e que se fizerem as coisas com correcção não o ouvirão.

Intervenção do membro João de Brito que em resposta a Pedro Miguel Gaspar, sobre o boletim do movimento “Alpiarça é a Razão”, disse que lhe parece haver “*gato escondido com rabo de fora*”.

O membro João Osório interveio dizendo que utiliza todos os dias o parque subterrâneo e verifica que não houve cuidado com as acessibilidades para as pessoas portadoras de deficiência.

Intervenção do membro Pedro Gaspar, respondendo ao membro José Miguel Carvalho, disse que todos temos liberdade de nos expressar desde que respeitemos as pessoas.

Colocou ainda a questão: “Como conseguiu a bancada da CDU recolher tanta informação sobre o contrato com a Ecoléziria?”.

A Presidente da mesa colocou à votação, as moções apresentadas.

A moção nº 1, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor e 2 votos contra.

Em relação a este assunto a Presidente da mesa informou que a bancada do PS, no ano passado, apresentou e enviou aos órgãos responsáveis uma moção sobre este tema.

Sobre a moção nº 2, interveio o membro José Miguel Carvalho, dizendo que lhe pareceu que a referida moção era muito extensa, tinha um conjunto de afirmações gerais com que todos estão de acordo, mas tinha três ou quatro pontos em que apresentava essencialmente apoio à actividade do actual Executivo. Pareceu-lhe que a moção surgiu deslocada.

A membro Regina Ferreira esclareceu que a moção defende o poder local, pois este ano comemora-se os 30 anos do poder local.

Colocada à votação foi aprovada com 8 votos a favor e 8 abstenções.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões que lhe foram colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara em resposta à questão colocada pela membro Vitória Brito, explicou que a Câmara adjudicou à empresa Planotejo a empreitada de ampliação do edifício dos Paços do Concelho, pelo valor de €878.910,10, sendo que o prazo para a execução da obra era 270 dias, a pedido da empresa Planotejo a Câmara autorizou três prorrogações gratuitas, num total de 407 dias. Findas estas prorrogações a Câmara deliberou que passaria a haver lugar a multas contratuais até ao momento da entrega da obra. Foram elaborados pela Planotejo 27 autos de medição, num total de €860.663,90, sendo que o remanescente para o valor da empreitada constituiu trabalhos a menos, foi ainda reclamado pelo empreiteiro alterações em obras e erros e omissões num total de €36.378,16, os autos de medição referidos foram liquidados e o valor das multas contratuais que foram apuradas é superior ao reclamado pela empresa em alterações, erros e omissões, pelo que o Município entende que é credor e não devedor da empresa Planotejo. Esclareceu ainda que esta matéria está entregue aos respectivos contenciosos.

Agradeceu a informação dada pelo membro José Miguel Carvalho, no entanto referiu que a transferência de médicos é da competência da Administração Central.

Em resposta à membro Anabela Costa, o Senhor Presidente da Câmara referiu que avisou o encarregado, no mesmo dia em que o membro João Osório o alertou da situação e que, já o tinham informado que o assunto estava resolvido.

Relativamente aos cães abandonados, é da competência da Junta de Freguesia, no entanto esta é uma situação que se resolveria com o civismo.

O Senhor Presidente em relação à visita da Senhora Ministra da Cultura, informou que teve lugar na Casa Museu, um jantar com as Autarquias da Região. Explicou ainda que a Casa Museu em termos financeiros é uma grande “dor de cabeça”, houve uma grande intervenção na cobertura da Casa, que rondou os 50.000 contos, mas há necessidade de grandes intervenções, nomeadamente nas acessibilidades para deficientes. A Câmara irá apresentar um projecto ao Programa Operacional da Cultura, mas como este QCA está a

terminar, está a ser ponderada uma candidatura neste QCA ou no próximo, uma vez que a participação a partir de Janeiro é de 85%.

Informou também que a Casa Museu será palco das Comemorações do Centenário da República.

O Presidente da Câmara disse que não comentaria a intervenção do membro João de Brito, referente ao boletim do movimento “Alpiarça é a Razão”.

Em relação à moção apresentada pela membro Regina Ferreira, o Senhor Presidente informou que as Comemorações dos 30 anos do Poder Local tiveram início na semana anterior.

Em resposta ao membro Celestino Brasileiro, o Senhor Presidente informou que não foi pessoalmente verificar se a ETAR do Casalinho estava a funcionar, pois foi informado pelo encarregado que a situação estava resolvida.

Em relação à questão do Pingo Doce, o Senhor Vereador Ferreirinha irá posteriormente responder.

Sobre a intervenção do membro João Osório, o Senhor Presidente referiu que a pesquisa efectuada pela bancada da CDU foi mais eficiente do que a da Senhora Chefe de Divisão e, passou a ler o esclarecimento (anexo) da Senhora Chefe, relativamente aos documentos do contrato com a Ecolézria.

Sobre os reparos feitos pela bancada da CDU em relação a algumas ruas do Frade de Cima, o Senhor Presidente da Câmara, disse que muito embora o Vereador Ferreirinha pudesse responder a essas questões com mais pormenor, adiantava que a rua de S.Martinho, tem esgotos e não está ao abandono, no entanto o poder local atravessa neste momento um ataque feroz, e por isso temos que gerir os recursos, compreende no entanto que não é agradável viver numa rua de terra batida.

Ao membro Paulo Espírito Santo, o Senhor Presidente diz que será conveniente o Vereador Mário Peixinho responder.

A questão levantada pelo membro João Osório sobre o Parque Subterrâneo será também respondida pelo Vereador do Pelouro.

O Director da empresa Planotejo e alguns funcionários da mesma intervieram, para falar da dívida que consideram que a Câmara tem para com a empresa, com insultos ao Senhor Presidente da Câmara, que disse estar

disponível para debater o assunto com uma pessoa responsável, nunca nestas condições. A sessão foi interrompida pela Presidente da Assembleia que solicitou a presença da GNR para tentar acalmar os ânimos de modo a que a sessão pudesse prosseguir.

O Vereador Ferreirinha esclareceu que em relação à ETAR do Casalinho foi-lhe garantido na reunião de encarregados que o problema estava solucionado.

Em relação às Unidades Comerciais, o Senhor Vereador explicou que surgiram 2 pedidos um do Minipreço e outro do Pingo Doce e, que a Câmara só autoriza as localizações, seguindo depois os processos para o Ministério da Economia. O processo relativo ao Minipreço foi inviabilizado uma vez que as construções ocupariam solos da Reserva Ecológica Nacional.

Em relação aos arruamentos do Frade de Cima referiu que na rua nova ainda não houve intervenções, no entanto as outras duas ruas já têm esgotos e está negociado um espaço para uma bombagem na zona mais povoada.

O Vereador Ferreirinha informou que a obra do Parque Subterrâneo está conforme o projecto e tem todos os pareceres legais. Quando existem muitos lugares de estacionamento a nível térreo, são aí colocados os lugares de estacionamento para deficientes.

Relativamente ao lote 10 do Loteamento dos Sobreiros, no Frade de Cima, informou que o mesmo, será para comércio como anteriormente previsto.

O Vereador Mário Peixinho interveio, agradecendo a Paulo Espírito Santo a legislação que lhe entregou, estranhou no entanto que só agora fale no assunto, uma vez que o D.L. tem 9 anos.

Intervenção do Vereador Mário Pereira, dizendo que os documentos que dão entrada na Câmara são administrativos, logo são públicos. E que ele próprio procurou um documento na Câmara com conhecimento do Senhor Presidente da Câmara.

Intervenção da membro Vitória Brito sobre as obras da Rua 2 de Abril e a data prevista para a sua conclusão.

O membro José Miguel Carvalho referindo-se à intervenção dos membros da Planotejo, disse que as pessoas devem intervir de forma correcta. Referiu que, sendo a Planotejo uma empresa do concelho de Alpiarça, seria de

esperar que a Câmara adoptasse a mesma compreensão, que teve com outras obras cujos prazos também não foram cumpridos, como sejam as do Parque de Estacionamento que ficou parado a meio. Deveria haver mais tolerância da resolução dos conflitos existentes com a Planotejo.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo sobre o estacionamento para portadores de mobilidade condicionada, dizendo que no antigo estacionamento do largo do Clube Desportivo “Os Águias”, havia um lugar de estacionamento para pessoas com deficiência, logo o problema não se colocava. Referiu ainda que o incomoda a atitude do Senhor Vereador, Mário Peixinho, dizendo que não diz mais nada para não se chatear.

O membro Paulo Espírito Santo referindo-se à intervenção da Planotejo, disse que este é um assunto da responsabilidade da Câmara, logo deveria ser levado a uma reunião de Câmara pública e tratado com legalidade.

Intervenção do membro Pedro Gaspar sobre os documentos, referentes ao contrato com a Ecolezíria, que estavam na posse da CDU e congratula-se por saber que o acesso à informação, dentro da Câmara Municipal de Alpiarça, não é dificultado, antes pelo contrário.

Fez também referência aos acontecimentos passados na Assembleia Municipal, dizendo que as prorrogações graciosas que a Câmara concedeu foram uma grande ajuda à Empresa, uma vez que o habitual é a aplicação de multas.

O Senhor Vereador Ferreirinha informou que em relação à rua 2 de Abril, houve um atraso no concurso de asfaltamento, mas que o mesmo irá à próxima reunião de Câmara e será adjudicado o asfaltamento para dois arruamentos.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao membro José Miguel Carvalho, explicando que a Câmara é uma Instituição Pública e que esta obra teve financiamento num contrato programa. Quando a obra não se conclui no prazo, ou se consegue autorização para prorrogação, ou então perde-se o apoio financeiro.

O Vereador Mário Pereira interveio para dizer que a CDU coloca as questões que considera de interesse particular ou municipal e, que em relação à Planotejo já tinha também levantado a questão em reunião de Câmara.



O Senhor Presidente da Câmara fez uma curta intervenção só para dizer que esta é uma matéria de interpretação legal, se a Câmara tiver que pagar, paga, caso contrário será a Planotejo a ter que pagar à Câmara Municipal.

A Presidente da mesa chamou a atenção para uma reportagem sobre a Casa Museu dos Patudos, que saiu no Jornal Expresso.

Intervenção da membro Regina Ferreira mostrando o seu repúdio pelos acontecimentos ocorridos no decorrer da sessão da Assembleia.

Intervenção do membro João Osório sobre os acontecimentos passados na Assembleia e colocou 2 questões ao Senhor Presidente: Saber quais as empresas que a Câmara Municipal de Alpiarça multou por falta de cumprimento e em relação ao Pavilhão de Atletismo se a Câmara deve ou não à Planotejo.

Mostrou-se ainda indignado com o facto de os Senhores Vereadores e o Senhor Presidente se desculparem com os funcionários, para responderem às questões que lhes são colocadas.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder ao membro João Osório.

O Senhor Presidente disse que em relação ao Pavilhão de Atletismo, o senhor Vereador daria a resposta.

Quanto ao facto de o acusarem de se desculpar com os funcionários, respondeu que o que disse foi que a pesquisa, (dos documentos referentes ao contrato com a Resiurb), efectuada pela CDU foi mais eficaz do que a solicitada por si aos serviços da Câmara. E em relação à ETAR do Casalinho, respondeu que não era sua função vigiar ETAR e por isso se tinha informado junto do Encarregado.

Intervenção do membro João de Brito lamentando os acontecimentos ocorridos e repudiando o excesso de linguagem utilizada pelo público. Felicitou ainda a Presidente da mesa pelo comando da sessão da Assembleia Municipal. Disse ainda que a bancada do PSD pensa que isto é uma consequência do facto, dos Municípes não poderem expor livremente os assuntos no período do público.

A Presidente da mesa fez os esclarecimentos necessários sobre o assunto, informando mais uma vez que qualquer munícipe pode fazer chegar à mesa da Assembleia Municipal, assuntos que achem de interesse para a ordem de trabalhos.

O Senhor Vereador Ferreirinha começou por esclarecer que em relação ao Pavilhão de Atletismo, a Planotejo reclama um valor para trabalhos a mais com o qual a Câmara não concorda...

Os trabalhadores da Planotejo voltaram a manifestar o seu desacordo e a sessão foi de novo interrompida pela Presidente da mesa que voltou a chamar a GNR.

Retomada a sessão, a Presidente da mesa informa que são zero horas e pergunta se pretendem ou não continuar com a sessão.

Decidiu-se continuar com a sessão e passou-se ao período da ordem do dia.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto número um** – Apreciação da Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município e da sua situação Financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Não houve intervenções.

**Ponto número dois** – Apreciação do relatório da CPCJ relativo ao ano 2005.

A Presidente da mesa referiu que este relatório só agora chegou à Assembleia Municipal. Esclareceu que em 2005, a Assembleia tinha três representantes na CPCJ, agora tem dois membros nomeados e um suplente.

Referiu ainda ter dúvidas em alguns pontos, nomeadamente no ponto 3.2.5, que gostaria de informação mais detalhada sobre o tipo de acções e destinatários. No ponto 3.2.8 só está mencionada uma presença, dos cidadãos designados pela Assembleia, no entanto não menciona o nome. No ponto 5.2 gostaria de ver esclarecido o motivo que originou a reabertura de três processos e a justificação da inexistência de processos arquivados. Em relação ao ponto 7.5, como o plano de acção não veio em anexo, informou que o vai solicitar.

Referiu ainda que o relatório menciona no ponto 7.1.3, que os meios à disposição da CPCJ são insuficientes e no ponto 7.1.6 está mencionado que o tempo disponibilizado na cedência da viatura é também insuficiente.

Intervenção da membro Anabela Costa dizendo que não analisou o documento, pois não o tinha.

A Presidente da mesa esclareceu que foi entregue um relatório a cada bancada e que ela própria tinha informado o membro João Osório.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador Ferreirinha, para efectuarem os devidos esclarecimentos.

O Vereador Ferreirinha informou que, presentemente, a viatura sempre que é solicitada pela CPCJ, está disponível.

**Ponto número três – Apreciação do Regulamento “tipo” do Conselho Municipal de Segurança.**

A Presidente da mesa fez um esclarecimento sobre este ponto, informando que a Comissão é que irá fazer o respectivo regulamento.

O membro José Miguel Carvalho interveio sobre este ponto referindo que é necessário mais tempo para analisar o documento.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo sugerindo fazer uma proposta para que sejam 6 cidadãos, sem que se vote, mas que se decida entre cidadãos de reconhecida idoneidade.

O membro João Osório informou que a bancada da CDU não está neste momento em condições de apresentar qualquer nome.

Intervenção do membro Fernando Ramalho sobre o tempo que esta comissão demorará a ser constituída, caso na presente sessão nada seja tratado.

O membro José Miguel Carvalho propôs que este ponto seja tratado numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

O membro João de Brito afirmou que a proporção deve ser mantida, ou seja o número de elementos deve ser conforme a representatividade na Assembleia Municipal.

Paulo Espírito Santo entendeu que o modo mais eficaz de criar esta comissão seria colocar à votação o número de cidadãos a nomear, 6 elementos.

A Presidente da mesa colocou à votação a proposta de nomear 6 elementos, que foi aprovada por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

**Ponto número quatro** – Apreciação e votação do Plano de Pormenor da Zona Industrial.

A Presidente da mesa informou que este ponto vai ser retirado por falta de documentação, no entanto solicitou ao senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o ponto vai ser retirado, uma vez que depois de muita, muita insistência, só ao final do dia de hoje chegou o parecer da CCDRLVT e que o mesmo vai para inquérito público.

O Senhor Presidente leu trechos do parecer da CCDRLVT e explicou que daqui depende a construção de duas unidades fabris, uma Portuguesa e uma Estrangeira, com as quais a Câmara tem contrato de promessa.

**Ponto número cinco** – Apreciação e votação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.

Intervenção do membro João Osório que apresentou proposta da CDU para o valor do IMI.

A Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que fez a sua intervenção defendendo a proposta feita em reunião de Câmara.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo sobre este ponto, referindo que não devemos baixar as receitas que a Autarquia tem direito a receber.

Intervenção do membro João Osório reforçando o seu ponto de vista e informando que a CDU defende sempre os mais carenciados.

O membro Fernando Ramalho referiu que as taxas em vigor foram publicadas no Público e que eram sensivelmente iguais em todo o Distrito. Quanto às injustiças sempre houve em todos os impostos e vão continuar, uma vez que as taxas são iguais e logicamente custam mais a pagar ao “pobre” do que ao “rico”.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que desse os esclarecimentos que entendesse.

O Senhor Presidente informou que a Câmara nunca fez uma análise comparativa aos outros Concelhos, uma vez que a Administração Central permite que as Autarquias apliquem taxas diferentes.

A Presidente da mesa colocou o ponto à votação que foi aprovado com voto de qualidade da Presidente.

O membro Celestino Brasileiro apresentou declaração de voto em nome da bancada da CDU.

**Ponto número seis –** Apreciação e votação da Derrama para o ano 2007.

Intervenção do membro João Osório propondo, em nome da bancada da CDU, a suspensão da derrama para o ano 2007.

Interveio o membro Paulo Espírito Santo referindo que não lhe parece justo que se suspenda a derrama, uma vez que, se as empresas tem lucro poderão e deverão pagar a derrama.

Intervenção de Pedro Gaspar dizendo que as empresas que geram riqueza devem contribuir para a nossa terra.

Intervenção da membro Anabela Costa, referindo que a derrama é calculada sobre o IRC, mas que no nosso Concelho existem várias empresas, essencialmente agrícolas, em estado crítico.

O membro João de Brito informou que a bancada do PSD vai votar favoravelmente, uma vez que a derrama é calculada sobre os lucros das empresas.

Intervenção do membro Pedro Gaspar para referir que não se deve desvalorizar a derrama.

A Presidente da Assembleia colocou à votação, foi aprovada por maioria com 10 votos a favor e 6 contra.

**Ponto número sete –** Apreciação e votação da contracção de um empréstimo, a longo prazo, no montante de €454.367,00, destinado aos seguintes investimentos: Valorização urbanística da Rua Ricardo Durão, reconversão urbanística do Largo Vasco da Gama e acessos e infraestruturas da zona Industrial de Alpiarça – 3ª fase (2ª zona de intervenção).

Intervenção do membro João Osório sobre este ponto, questionando sobre a capacidade de endividamento da Câmara.

Intervenção do membro Paulo Espírito Santo sugerindo que se passe à votação deste ponto.

Intervenção do membro João de Brito afirmando que a bancada do PSD vai votar contra a contracção deste empréstimo.

A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para dar as explicações que achasse convenientes.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que não são as Câmaras que decidem sobre os empréstimos, mas sim a DGAL, cabe a esta entidade fazer o rateio e informar quais as Câmaras que podem contrair empréstimos e quais os seus valores.

Em relação à Rua Ricardo Durão informou que a mesma, foi candidatada a fundos comunitários até ao limite, logo a parte contemplada neste empréstimo é a que não foi possível candidatar. Quanto ao Largo Vasco da Gama informou que o mercado semanal não poderá ali continuar.

O membro João Osório tendo em conta os esclarecimentos do Senhor Presidente, informou que não lhe parece que a Câmara tenha capacidade de endividamento.

O Senhor Presidente respondeu ao membro João Osório, que informe a DGAL que se encontra ultrapassada a capacidade de endividamento.

A Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação que foi aprovado com voto de qualidade da Presidente da mesa.

**Ponto número oito –** Apreciação e votação da permuta de prédios sitos em Fusca – Casal do Juncal – Vale do Rato (Bagageira).

Intervenção de Fernando Ramalho sobre este ponto, perguntou há quanto tempo existem estes prédios com estas áreas.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Câmara não tem dados muito concretos, andam em negociações há muito tempo, mas parece que agora tudo está bem encaminhado.

Intervenção do membro João de Brito sobre este ponto, dizendo que a certidão lhe parece um pouco confusa, uma vez que a Câmara cede à Sr<sup>a</sup> D. Maria Domitília C. Coutinho Laudácias e Vasconcelos Jardim 1/3 e depois

recebe da mesma senhora 2/3, por terrenos que têm os mesmos valores, mas que em percentagens de terreno não são idênticos, e o parecer sobre o assunto também lhe parece confuso.

O Senhor Vereador Ferreirinha explicou que existe um prédio indiviso, em que 1/3 é da Câmara e 2/3 são da Sr<sup>a</sup> D. Maria Domitília Concórdia Coutinho Laudácias e Vasconcelos Jardim.

Dados os devidos esclarecimentos, a Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação, que foi aprovado por maioria com 14 votos a favor e 2 abstenções.

**Ponto número nove** – Apreciação e votação da alteração ao Regulamento dos Vendedores Ambulantes do Concelho de Alpiarça.

Não houve intervenções.

Colocado este ponto à votação, foi aprovado por unanimidade.

### **PERÍODO DEPOIS DA ORDEM DO DIA**

Não houve inscrições para o período de intervenção do público.

Nada mais havendo a tratar, foi pela Presidente da Mesa encerrada a sessão da qual se redigiu a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**1º Secretário** \_\_\_\_\_

**2º Secretário** \_\_\_\_\_